

Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

v 2.1



next²

S4DIGITAL
IGNITING CHANGE

Bravantic® //Evolving
Technology



Documento da responsabilidade da
Direção de Qualidade e
Certificação

Aprovado pela Gestão
em maio / 2025

Índice

1.	Enquadramento Legal.....	4
2.	Âmbito de Aplicação.....	4
3.	Compromisso.....	4
4.	Princípios e Tratamento	5
4.1	Licitude	5
4.2	Lealdade	5
4.3	Transparência.....	6
4.4	Finalidade.....	6
4.5	Minimização.....	6
4.6	Exatidão.....	6
4.7	Limitação da Conservação.....	6
4.8	Integridade e Confidencialidade	7
4.9	Transmissão a Terceiros	7
5.	Tratamento de Dados Pessoais.....	7
5.1	Dados Pessoais.....	7
5.2	Finalidade do Tratamento	8
5.3	Categorias de Dados.....	8
5.4	Titulares dos Dados	8
5.5	Direitos dos Titulares.....	8
5.6	Exercício de Direitos	9
5.7	Conservação e Eliminação	9
5.8	Transmissão de Dados	10
6.	Encarregado de Proteção de Dados	10
7.	Violação de Dados	11
8.	Procedimentos de Segurança	11

Controlo de Versão

Data	Versão	Criado por	Descrição da alteração
Jan 2023	1.0	Q&C	Versão Inicial
22/01/2025	2.0	PMC Advogados	Adaptação das políticas de privacidade a um único documento mais completo
28/05/2025	2.1	Catarina Grácio	Revisão do template para alinhar ao modelo de integração do Grupo Empresarial

1. Enquadramento Legal

O grupo Bravantic adota uma abordagem rigorosa em relação à privacidade e proteção de dados pessoais, atuando em estrito cumprimento dos requisitos e obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, doravante “Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”, ou “RGPD”, bem como da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e demais legislação em matéria de privacidade e proteção de dados pessoais.

Tal compromisso é sustentado pela adoção de um programa de privacidade e de proteção de dados pessoais, o qual inclui mecanismos específicos para mitigar os riscos identificados nas diversas operações e áreas de atuação.

A presente Política almeja dar cumprimento ao disposto no artigo 13.º do RGPD, informando todos os titulares dos dados, de forma transparente e objetiva:

- A identidade e os contactos do responsável pelo tratamento e do respetivo Encarregado de Proteção de Dados;
- As finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam, de forma determinada e explícita, bem como os respetivos fundamentos de licitude;
- Os prazos de conservação dos dados pessoais e os critérios para definição dos mesmos;
- Os direitos que lhes são legalmente reconhecidos.

2. Âmbito de Aplicação

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais aplica-se ao Grupo Empresarial da Bravantic.

3. Compromisso

O direito à privacidade encontra-se consagrado no elenco de direitos, liberdades e garantias, previsto no artigo 26.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, bem como em inúmera legislação europeia e internacional.

Ora, o Grupo Bravantic assume o compromisso de respeitar o direito à privacidade, empenhando-se em proteger os dados pessoais, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos mesmos e criando mecanismos de defesa contra acessos não autorizados, modificações ou apagamentos indesejados.

Por conseguinte, compromete-se a:

- Implementar políticas, procedimentos e outros mecanismos eficazes para assegurar a proteção contínua dos dados pessoais;
- Adotar as medidas adequadas a preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados;

- Executar ações de sensibilização e formação sobre a importância da privacidade, habilitando os seus colaboradores a tratar os dados pessoais em estrito cumprimento legal;
- Dispor de um Encarregado de Proteção de Dados responsável por garantir a conformidade com as regras de proteção de dados pessoais.

4. Princípios e Tratamento

O grupo Bravantic valoriza e atribui a máxima importância à proteção dos dados pessoais.

Os dados pessoais são recolhidos e tratados pelo grupo Bravantic em conformidade com o RGPD e demais legislação aplicável, garantindo os direitos dos respetivos titulares, pelo que, em seu respeito e cumprimentos, o grupo Bravantic assume e compromete-se a implementar a presente Política, de acordo com os princípios abaixo.

4.1 Licitude

O princípio da licitude significa que o tratamento de dados pessoais apenas é possível se se verificar um fundamento legítimo para tal operação, elencando o artigo 6.º do RGPD as situações em que o tratamento é considerado lícito. De acordo com este preceito, o tratamento apenas pode ocorrer se:

- O titular dos dados tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas;
- O tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular é parte ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;
- O tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito;
- O tratamento for necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular;
- O tratamento for necessário ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento;
- O tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança.

4.2 Lealdade

O princípio da lealdade está relacionado com o desenvolvimento do tratamento de dados pessoais de forma equilibrada, tendo em conta os interesses dos responsáveis pelo tratamento e dos eventuais subcontratantes, por um lado, e dos titulares dos dados, por outro.

4.3 Transparência

O princípio da transparência significa que as informações ou comunicações relacionadas com o tratamento de dados pessoais devem ser de fácil acesso e compreensão, e formuladas numa linguagem clara e simples, em particular as informações fornecidas aos titulares dos dados sobre a identidade do responsável pelo tratamento, os fins a que o tratamento se destina e a salvaguarda dos direitos a obter confirmação dos dados pessoais que estão a ser tratados.

4.4 Finalidade

O princípio da finalidade determina que os dados devem ser recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e, não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades, embora se admita o tratamento posterior para fins de arquivo de interesse público, ou para fins de investigação científica ou histórica, ou para fins estatísticos.

Este princípio assume uma importância fundamental uma vez que só depois de conhecida a finalidade do tratamento é possível apurar se a informação pessoal recolhida é necessária e não excessiva.

As finalidades do tratamento devem ser determinadas, explícitas e legítimas: está em causa estabelecer os limites para o tratamento e articulá-los com os fundamentos de legitimidade invocados. Nesta medida, afigura-se que não podem ser recolhidos dados pessoais para finalidades futuras, ainda não determinadas no momento da recolha.

4.5 Minimização

O princípio da minimização significa que os dados a tratar devem ser adequados, pertinentes e limitados ao que é exigido pelas finalidades que determinam o tratamento.

Segundo este princípio, os dados pessoais apenas devem ser tratados se a finalidade do tratamento não puder ser atingida de forma razoável por outros meios. Decorre deste mesmo princípio de que só devem ser tratados os dados necessários para a finalidade pretendida e não quaisquer outros.

4.6 Exatidão

O princípio da exatidão exige que os dados pessoais sejam corretos e atualizados sempre que necessário, devendo ser tomadas medidas adequadas para que os dados inexatos sejam apagados ou retificados sem demora.

4.7 Limitação da Conservação

O princípio da limitação da conservação impõe que os dados pessoais sejam conservados, de uma forma que permita a identificação dos respetivos titulares, apenas durante o período necessário

para as finalidades previstas para o tratamento. Admite-se, contudo, que os dados sejam conservados por períodos mais longos desde que sejam tratados exclusivamente para fins de arquivo de interesse público, para fins de investigação científica ou histórica ou ainda para fins estatísticos.

4.8 Integridade e Confidencialidade

O princípio da integridade e confidencialidade impõe que os dados pessoais sejam tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, devendo o responsável pelo tratamento adotar medidas técnicas e organizativas adequadas a evitar o acesso indevido e a utilização dos dados por pessoas não autorizadas.

4.9 Transmissão a Terceiros

Os dados pessoais apenas são transmitidos a terceiros no cumprimento de uma obrigação legal ou com o consentimento prévio do seu titular. Neste último caso, poderão ser tratados por terceiros, unicamente com base em acordos de tratamento de dados, nos termos e em conformidade com o RGPD e demais legislação aplicável.

Em determinadas circunstâncias, os dados pessoais podem ser transferidos a terceiros sem a necessidade de consentimento prévio do titular, como, por exemplo, durante auditorias. Neste caso, as transferências serão realizadas em conformidade com o RGPD.

5. Tratamento de Dados Pessoais

O tratamento de dados é uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre os dados pessoais, que engloba: a recolha, o registo, a organização, a estrutura, a conservação, a adaptação/alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, divulgação por transmissão, a comparação ou interconexão, a limitação e, por fim, o apagamento ou a destruição.

5.1 Dados Pessoais

São dados pessoais passíveis de ser recolhidos, aqueles que permitem a identificação de uma pessoa singular, ou a tornam identificável, direta ou indiretamente, tais como: nome, morada, e-mail, idade, estado civil, números de identificação e dados de localização.

Os dados são recolhidos no âmbito e em conformidade com as finalidades descritas abaixo.

Para casos particulares de tratamento, no momento da recolha dos dados serão prestadas informações específicas sobre a finalidade e a utilização dos dados pessoais recolhidos.

5.2 Finalidade do Tratamento

O grupo Bravantic recolhe e trata dados pessoais para as seguintes finalidades determinadas, explícitas e legítimas:

- Cumprimento de obrigações jurídicas em matéria administrativa;
- Recrutamento e contratação de colaboradores;
- Cumprimento de obrigações jurídicas em matéria de direito do trabalho;
- Execução dos contratos de trabalho;
- Gestão de colaboradores;
- Gestão de fornecedores e prestadores de serviços;
- Faturação;
- Controlo de acessos;
- Marketing.

Note-se que esta lista de finalidades não é exaustiva.

5.3 Categorias de Dados

O grupo Bravantic assegura que os dados pessoais tratados são adequados, pertinentes e limitados ao necessário para a prossecução das respetivas finalidades, incluindo as seguintes categorias: dados de identificação, dados de contacto, dados de faturação, vida familiar, vida profissional, informações de ordem financeira e patrimonial e dados de tráfego e de localização.

5.4 Titulares dos Dados

Os dados recolhidos e tratados pelo grupo Bravantic para a prossecução das finalidades de tratamento referem-se aos seus colaboradores, potenciais colaboradores, clientes, potenciais clientes, fornecedores, prestadores de serviços, entre outros.

5.5 Direitos dos Titulares

O grupo Bravantic assegura aos titulares dos dados o exercício dos direitos plasmados no RGPD, nomeadamente:

- Direito de Informação: direito de ser informado sobre os direitos que lhe assistem e das informações sobre si tratadas;
- Direito de Acesso: direito de aceder aos dados pessoais que a si dizem respeito;
- Direito de Retificação: direito de solicitar a retificação dos seus dados pessoais inexatos ou incompletos;
- Direito do Esquecimento: direito de pedir o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não prevaleçam fundamentos que legitimem a sua conservação;
- Direito de Limitação: direito de pedir a limitação do tratamento dos dados pessoais que a si dizem respeito;

- Direito de Oposição: direito de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais, salvo razões imperiosas e legítimas que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular, e de se opor, a qualquer momento e sem justificação, ao tratamento de tais dados para fins de marketing direto, incluindo a definição de perfis;
- Direito de Portabilidade: direito de pedir a disponibilização dos dados pessoais por si facultados, em formato estruturado de uso corrente e leitura automática, de modo que possam ser transmitidos a outro responsável pelo tratamento;
- Direito de Reclamação: direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados, autoridade nacional de controlo em matérias relativas ao exercício dos seus direitos e à proteção dos seus dados pessoais.

5.6 Exercício de Direitos

É garantido ao titular dos dados, o direito de acesso, atualização, retificação, eliminação e limitação dos seus dados pessoais, bem como o direito de oposição. Ao titular dos dados será fornecida cópia dos mesmos dados, sempre que solicitado.

O exercício dos direitos é gratuito, exceto se se tratar de um pedido manifestamente infundado, excessivo, ou injustificadamente reiterado, caso em que poderão ser cobrados custos administrativos.

Ao titular dos dados assiste ainda o direito de apresentar uma reclamação perante a autoridade de controlo competente, especialmente quando, junto do Encarregado de Proteção de Dados, não tenha obtido satisfação no exercício dos seus direitos.

Se considerar que o Grupo Bravantic violou os seus direitos nos termos do RGPD, poderá apresentar reclamação perante a autoridade de controlo e poderá também contactar o nosso EPD sobre todas as questões relacionadas com o tratamento de dados pessoais e sobre o exercício de direitos dos titulares. O contacto deve ser dirigido através dos meios mencionados na presente Política.

5.7 Conservação e Eliminação

Nos termos do disposto no artigo 5.º, n.º 1, alínea e) do RGPD, os dados pessoais tratados pelo Grupo Bravantic são conservados pelo período estritamente necessário e enquanto subsistirem as finalidades para os quais são tratados, conformemente à legislação aplicável, observando-se as normas legais relativas aos prazos de conservação de dados pessoais, após o que serão eliminados.

Quando o tratamento de dados pessoais se baseie na condição de licitude do consentimento do titular, conforme o estabelecido no artigo 6.º, n.º 1, alínea a), e artigo 9.º, n.º 2, alínea a), do RGPD, o prazo de conservação corresponde ao momento de retirada do consentimento por parte do titular dos dados.

O titular dos dados pode solicitar o apagamento dos seus dados pessoais, sempre que deixarem de ser necessários para a finalidade para a qual foram recolhidos e sempre que pretenda retirar o seu consentimento, não afetando, no entanto, o tratamento lícito anterior.

Esta solicitação será cumprida, sempre que não colida com nenhum requisito legal ou interesse legítimo do grupo Bravantic.

Para efeitos de fixação do prazo de conservação aplicável, as empresas do grupo Bravantic atendem às deliberações da Comissão Nacional da Proteção de Dados, bem como às orientações do Grupo de Trabalho do Artigo 29.º para a Proteção de Dados.

5.8 Transmissão de Dados

A disponibilização de informações ou a prestação dos serviços pelo grupo Bravantic podem eventualmente implicar a transmissão ou acesso a dados pessoais por parte de parceiros, subcontratados e outras organizações com as quais o grupo Bravantic tem ou contempla um relacionamento de negócio.

O grupo Bravantic garante o compromisso das entidades com quem se relaciona na execução de medidas técnicas e organizativas adequadas aos fins da presente Política, de forma ao seu cumprimento, nomeadamente e quando aplicável, mediante acordos com subcontratantes, como por exemplo na prestação de serviços de medicina e saúde no trabalho.

Além das referências estritamente necessárias para as finalidades acima identificadas, as empresas do grupo Bravantic poderão transmitir dados pessoais na medida em que for obrigada a fazê-lo por lei, relacionado com quaisquer procedimentos legais ou possíveis processos judiciais, e para estabelecer, exercer ou defender os respetivos direitos legais.

6. Encarregado de Proteção de Dados

À luz do disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, do RGPD, o grupo Bravantic designa um Encarregado de Proteção de Dados (por empresa), o qual assegura a conformidade das atividades de tratamento e a proteção dos dados sob a responsabilidade das empresas do grupo Bravantic, exercendo, pelo menos, as seguintes funções:

- Informar e aconselhar as empresas do grupo Bravantic e os seus colaboradores a respeito das respetivas obrigações;
- Controlar a conformidade com a legislação aplicável e relevante e com a presente Política;
- Executar ações de sensibilização e formação aos colaboradores implicados nas operações de tratamento de dados;
- Atuar como ponto de contacto para a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Qualquer questão relacionada com a privacidade e proteção de dados deverá ser endereçada ao Encarregado de Proteção de Dados, cujos dados de contacto são os seguintes:

- E-mail: protecaodedados@bravantic.com;
- Telefone: +351 210 127 000;
- Morada: Avenida José Francisco Guerreiro, Paiã Park – Edifício A2, 1675-076.

7. Violação de Dados

Em caso de violação de dados pessoais, o grupo Bravantic:

- Notificará as autoridades competentes no prazo máximo de 72 horas a contar do seu conhecimento ou assim que possível quando, por qualquer motivo atendível, não for exequível o referido prazo;
- Caso a violação dos dados pessoais seja suscetível de implicar elevado risco para os direitos e liberdades dos seus titulares, comunica-lhes a violação ou risco de violação no prazo de 72 horas a contar do incidente.

Nos termos do disposto no artigo 34.º, n.º 3, do RGPD, a comunicação ao titular dos dados não é exigida nos seguintes casos:

- Caso o grupo Bravantic tenha aplicado as medidas de proteção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a aceder a esses dados, tais como a cifragem;
- Caso o grupo Bravantic tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os direitos e liberdades do titular já não é suscetível de se concretizar;
- Se a comunicação ao titular implicar um esforço desproporcionado para o grupo Bravantic, caso em que esta fará uma comunicação pública ou tomará uma medida semelhante através da qual o titular será informado.

Qualquer violação de dados pessoais, cujo tratamento seja da responsabilidade do Grupo Bravantic, poderá ser reportada através do seguinte email: protecaodedados@bravantic.com.

8. Procedimentos de Segurança

O grupo Bravantic:

- Garante a proteção dos dados pessoais pelos quais é responsável pelo tratamento, implementando práticas e regulamentos internos para o efeito;
- Adota medidas de carácter técnico e organizativo, de forma a garantir a proteção dos dados pessoais, nomeadamente contra o seu uso indevido, perda, alteração ou acesso não autorizado, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito ou violação;
- Implementa a obrigatoriedade de armazenar os ficheiros ou documentos que contenham dados pessoais em armários fechados à chave, de acesso restrito e nominativo;

- É certificada pela ISO/IEC 27001:2013, “Tecnologias de informação – Técnicas de segurança – Sistemas de Gestão da Segurança da Informação – Requisitos”;
- Realiza a avaliação do impacto na proteção de dados (DPIA) em caso de alterações significativas/maiores e na gestão de projetos, caso tenham impacto na proteção de dados;
- Implementa e atualiza medidas de proteção de dados pessoais, de acordo com as Políticas do Sistema de Segurança da Informação;
- Realiza com regularidade testes de intrusão e de vulnerabilidade aos sistemas e medidas de proteção de dados pessoais.